

Acordo com Clube de Paris pode sair. Mas sob condições.

O Brasil pagará ao Clube de Paris os juros vencidos entre janeiro de 1985 e abril deste ano, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Fernão Bracher. Contudo, ressalvou que esses juros "serão colocados correntes", ou seja, serão calculados com base nos níveis atuais (mais baixos) e não vigentes quando do vencimento original (mais elevados).

Pelo que afirmou Bracher, após falar na CPI da Câmara dos Deputados que investiga o escândalo do Proálcool, o Brasil aceitará honrar também parte da dívida que ficou estocada no mesmo período — durante o qual o governo brasileiro não fez qualquer negociação com o Clube. Se concordar a em saldar o principal, e também os juros, o governo estaria rompendo o acerto com o comitê de assessoramento dos bancos privados estrangeiros, pelo qual o Brasil se comprometeu a não pagar o principal ao Clube de Paris, assim como não irá pagá-los, por ora, aos banqueiros.

Há números conflitantes sobre essa dívida, mas nos cálculos do Eximbank (Banco de Exportação dos Estados Unidos), os atrasos brasileiros junto ao Clube soma-

ram, em 1985, US\$ 1.882 bilhão, dos quais US\$ 666 milhões em juros. Entre juros e principal, a dívida vencida e não renegociada de janeiro a abril deste ano soma US\$ 209 milhões.

Bracher viajou ontem à noite para Basileia, na Suíça, onde participará, segunda-feira, da reunião anual do Banco de Pagamentos Internacionais, cujos acionistas são os Bancos Centrais da Europa, Estados Unidos e Canadá. O presidente do BC descartou a hipótese de a dívida brasileira junto àqueles governos ser objeto de alguma conversação.

"Na maioria dos países, o Banco Central é separado do governo, independente. Portanto, os Bancos Centrais não têm necessariamente grande influência sobre as dívidas ou créditos de governo que são objeto de nossos entendimentos no Clube de Paris", disse.

Acrescentou que faz parte da agenda da reunião de Basileia a abordagem da maneira pela qual o sistema bancário internacional se comportará "para a fluidez dos fundos dos países superavitários para os países capazes de absorver investimentos".